

# Superior Tribunal de Justiça

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.286 - MG (2019/0216207-8)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**SUSCITANTE** : SAUDE QUALITY LTDA - MASSA FALIDA  
**ADVOGADOS** : EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU E OUTRO(S) - MG080702  
OTAVIO DE PAOLI BALBINO DE ALMEIDA LIMA -  
MG123643  
CARINE MURTA NAGEM CABRAL - MG079742  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE SETE LAGOAS -  
MG  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE SETE LAGOAS - MG  
**INTERES.** : REGINA DE FREITAS E SILVA  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO SIFUENTES COSTA - MG024714  
GUILHERME TEIXEIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - MG083096  
ANA CAROLINA LOBATO DE LIMA PAULA - MG144212

### DECISÃO

Cuida-se de **conflito positivo de competência**, com pedido de liminar, instaurado por **SAÚDE QUALITY LTDA. - MASSA FALIDA**, envolvendo, como suscitados, o Juízo de Direito da 3.<sup>a</sup> Vara Cível de Sete Lagoas - MG, onde se processa a falência da suscitante e o Juízo da 1.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Sete Lagoas - MG, onde tramita a Execução Trabalhista n.º 0010506-16.2017.5.03.0039, que Regina de Freitas e Silva ajuizou em seu desfavor.

Aduziu a suscitante, em resumo, que teve seu pedido de falência decretado em 21/12/2018, pelo r. Juízo de Direito da 3.<sup>a</sup> Vara Cível de Sete Lagoas/MG, razão pela qual, nos termos do art. 6º da Lei n.º 11.101/05, foram suspensas "(...) *todas as ações e execuções em face do devedor e, a respeito das ações trabalhistas, o §2º do citado artigo, impõe que após a apuração do respectivo crédito, este deverá ser inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença, de modo tal que o juízo falimentar torna-se, por exigência legal, competente para a execução do crédito trabalhista.*". Todavia, prossegue afirmando que o r. Juízo trabalhista, apesar de não mais possuir competência para tanto, em razão da instauração do processo falimentar, vem praticando atos constitutivos sobre seu patrimônio, no âmbito da já mencionada execução trabalhista.

Diante disso, requereu, liminarmente, a suspensão de qualquer ato constitutivo no âmbito da reclamação trabalhista. Quanto ao mérito, pediu a confirmação da liminar, a fim de que seja determinado "*o encaminhamento de todo e qualquer valor constricto no processo de execução trabalhista ao Juízo falimentar para a sua devida arrecadação pela massa falida.*" (fls. 3-15).

# Superior Tribunal de Justiça

Às fls. 420-422, decisão da lavra da Presidência desta Corte deferiu, em parte, o pedido liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias do Juízo da 1.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Sete Lagoas/MG que, nos autos da Execução Trabalhista n.º 0010506-16.2017.5.03.0039, afetem o patrimônio das suscitantes, e **designar** o Juízo de Direito da 3.<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de Sete Lagoas/MG, Juízo da Recuperação, para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes.

Prestadas as informações (fls. 426-433), o MPF opinou pela competência do Juízo da Falência (fls. 437-440).

É o relatório.

## **Decide-se.**

De início, vale destacar a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

**1. Em conflitos similares, envolvendo, de um lado, o Juízo da Recuperação Judicial/Falência e, de outro, o Juízo Laboral, no qual tramita execução trabalhista movida contra sociedade recuperanda, o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a competência do primeiro para efetivar atos de constrição e expropriação que, de alguma forma, afetem o patrimônio envolvido no processo de soerguimento.**

**Em regra, uma vez decretada a quebra, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Falimentar, sob pena de frustrar a *pars conditio creditorum*.**

Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. TERMO LEGAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. BEM IMÓVEL PRACEADO PELO JUÍZO TRABALHISTA. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. PRODUTO ARRECADADO PELO JUÍZO TRABALHISTA SEM REMESSA AO JUÍZO FALIMENTAR. NECESSIDADE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. Trata-se de conflito de competência suscitado por empresa submetida ao processo de falência, que teve seu bem imóvel praceado pelo Juízo Trabalhista.

2. A jurisprudência do STJ tem entendimento firmado no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em falência ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo Juízo Universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/05. Precedentes.

3. O valor arrecadado com o praxeamento do bem da falida no Juízo Trabalhista deve ser remetido ao Juízo falimentar, a quem compete a administração dos bens daquela, bem como o pagamento dos débitos por ela contraídos e apurados no âmbito do processo de falência.

4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Falimentar.

(CC 146.657/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar."

(CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010)

2. Vale ressaltar que em tais casos, a competência do juízo trabalhista se limita ao processamento da reclamação até apuração do valor devido, competindo ao Juízo da Recuperação Judicial ou Falimentar a prática dos atos de constrição patrimonial direcionados ao seu pagamento. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados com reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.

2. **Competência da Justiça do Trabalho que se limita à apuração do respectivo crédito, sendo vedada a prática de atos que comprometam o patrimônio da empresa em recuperação.**

3. A data do ajuizamento da reclamação trabalhista não é o que define a aplicação do art. 49 da Lei nº 11.101/2005, tampouco a data do provimento jurisdicional que reconhece a existência do crédito, mas, sim, o momento em que é prestada a atividade laboral que dá ensejo à propositura da demanda trabalhista.

4. Agravo interno não provido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt nos EDcl no CC 160.280/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 30/04/2019, DJe 06/05/2019 - grifamos)

E ainda: CC 114.952/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2011, DJe 26/09/2011; AgRg no CC 101.628/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2011, DJe 01/06/2011; CC 103.025/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2009, DJe 05/11/2009 .

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, **declaro** a competência do r. Juízo de Direito da 3.<sup>a</sup> Vara Cível de Sete Lagoas - MG (juízo da recuperação) para a prática de quaisquer atos constritivos/executórios sobre o patrimônio da empresa falida relativos à Execução Trabalhista n.º 0010506-16.2017.5.03.0039, ajuizada por Regina de Freitas e Silva, em trâmite perante o Juízo da 1.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Sete Lagoas - MG, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes à suscitante que eventualmente ainda permaneçam bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator